



A CIVILIDADE COMO PEDAGOGIA DO COMPORTAMENTO

Divania Luiza Rodrigues – FECILCAM – Fundação Araucária¹

Paula Carolina Teixeira Marroni - UNINGÁ²

Resumo: Este texto apresenta reflexões a respeito do conceito de civilidade em consonância com os estudos de Norbert Elias (1987-1990), propostos na obra *O Processo Civilizador*, amparando-se na obra de Erasmo de Rotterdam (1966/69 -1536), *A Civilidade Pueril*. Com o objetivo de tecer considerações sobre como o processo de civilização contribuiu para a educação a partir do século XVI, é apresentado inicialmente o conceito de educação e a relevância que Elias apresenta a respeito da civilidade no processo de convivência entre os homens. Em uma fase de transição da Idade Média para a Idade Moderna, os conceitos de cortesia e civilidade se apresentaram como “categorias de comportamento social aceitável”, momento do texto em que a obra de Rotterdam é evocada, por ser considerada fundamentação teórica para a obra de Elias. A partir de uma abordagem da obra como um todo se observa a transformação dos conceitos de civilidade e das relações que se estabelecem nas diferentes culturas, auxiliando na compreensão da educação necessária para cada momento histórico.

Palavras-chave: Educação. Civilidade. Processo Civilizador.

Este texto refletirá sobre o conceito de civilidade em consonância com os estudos de Norbert Elias (1897-1990), proposto na obra *O Processo Civilizador*. Esta análise também se ampara em um dos principais manuais de civilidade do mundo ocidental, de 1530, *A Civilidade Pueril (De civilitate morum puerilium)*, de Erasmo de Rotterdam (1466/69-1536). Teceremos considerações a respeito de como o processo de civilização contribuiu para o processo educativo dos homens a partir do século XVI, no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Consideramos importante observar porque Elias, no século XX, preocupou-se em debater a civilidade, a partir de seu tempo, mas também com olhos no passado, sustentando parte de sua reflexão em um autor do século XVI, Erasmo de Rotterdam. Entendemos que

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) - Doutorado em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Estado do Paraná. Professora assistente da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM). Bolsista do Programa de Capacitação Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior pela Fundação Araucária.

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) - Doutorado em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Estado do Paraná. Professora da Faculdade Ingá (UNINGÁ), Maringá - PR.

uma das razões de sua preocupação com a civilidade estava assentada no contexto conturbado no qual o autor viveu.

Norbert Elias nasceu em 1897, em Breslau (hoje Wroclaw, Polônia), na época, parte do território germânico. Elias era filho único de um casal judeu: Hermann e Sophie Elias. Em 1915, aos 18 anos, Elias serviu o exército alemão na Primeira Guerra Mundial. Contraditoriamente, mais tarde, Elias foi perseguido pelo estado alemão, quando do domínio nazista e tornou-se exilado. É importante destacar que, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, Elias foi obrigado a refugiar-se na França, em 1933, e depois na Inglaterra, a partir de 1935. Elias escreveu *O Processo Civilizador*³ em alemão, no entanto, encontrava-se na Inglaterra. Quando terminou de escrever o livro, o enviou, clandestinamente, a Breslau, onde seus pais ainda residiam. No entanto, estavam proibidas na Alemanha as publicações de autores judeus. A obra foi enviada para publicação em Praga, Tchecoslováquia (hoje República Checa), todavia também não foi publicada, pois perdeu sua independência em 1938. O livro foi impresso pela primeira vez, em 1939, na Basileia, Suíça, por uma editora alemã. (BRANDÃO, 2003, p. 43-45).

Elias (2001), em entrevista biográfica a Heerma van Voss e A. van Stolk, ao se referir à análise histórica que fez sobre a civilização francesa e alemã, além da possibilidade de mostrar os anos de 1930 na Alemanha afirma que:

Sempre tive a impressão de que a extrema falta de autocontrole de que se é capaz na Alemanha está ligada, entre outras coisas, ao fato de que a cultura das classes médias e do proletariado foi pouquíssimo influenciado por um estágio do processo civilizador, o qual, em contrapartida, foi importantíssimo na França e na Inglaterra: o estágio aristocrático (ELIAS, 2001, p. 67).

Elias (2001, p. 67-68) esclarece que o livro *O Processo Civilizador* possui relação com o período que foi escrito, uma vez que o problema da civilização tornou-se “bastante agudo” naquele momento. Todavia, resguardado o distanciamento que o trabalho científico exige como sociólogo, objetivou “desenvolver uma teoria cujo alcance superasse a simples explicação dos acontecimentos da época” (ELIAS, 2001, p. 68).

Outro ponto importante que merece ser lembrado é que Elias não se preocupou em relacionar suas teorias aos problemas educacionais. Entretanto, seus estudos, especialmente *O Processo Civilizador*, quando considerados em sua amplitude, abordam as questões educacionais. Assim, sabendo que o autor percorreu a literatura das civilidades, analisando,

³ Para maiores informações sobre a elaboração do livro *O Processo Civilizador* indicamos a leitura do livro *Norbert Elias por ele mesmo* (2001, p. 62-71).

entre outros livros sobre os costumes, obras clássicas como as de Erasmo e de La Salle⁴, podemos formular algumas questões iniciais sobre suas contribuições educacionais: quais são os principais aspectos de seu pensamento educacional? Em que medida compreender as relações que se estabelecem nas diferentes culturas nos possibilitam compreender o que é necessário ensinar aos homens de dado momento histórico?

Segundo Gebara (2011, p. 1) a grande contribuição de Elias está na capacidade de “[...] estabelecer novas relações e construir evidências empíricas entre acontecimentos ‘menores’ - como o uso da faca e do garfo e a formação do Estado [...]”. Em um trabalho multidisciplinar, ao tratar de questões aparentemente “menores” de comportamentos, de etiquetas, de usos e de costumes, Elias busca os “elos entre as figurações⁵ e os *habitus*, que só a longa duração⁶ e o envolvimento permitem visualizar”. Assim, a profundidade da obra de Elias, que se articula ao campo da História, se encontra na relação entre o “nascimento e o desenvolvimento da modernidade e a mudança dos *habitus* dos indivíduos” (GEBARA, 2001, p. 3).

Para melhor esclarecer o sentido histórico de educar, procuramos sustentar nossas reflexões em uma possível definição e em alguns autores. Assim, no *Dicionário de Filosofia* encontramos a seguinte definição para o verbete “Educação”:

[...] a transmissão e o aprendizado das técnicas culturais, que são as técnicas de uso, produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger-se contra a hostilidade do ambiente físico e biológico e trabalhar em conjunto, de modo mais ou menos ordenado e pacífico (ABBAGNANO, 2000, p. 305).

Na seqüência, conclui que a sobrevivência de uma sociedade depende da transmissão de sua cultura de uma geração a outra e a forma como se realiza ou se conserva essa transmissão chama-se “educação”.

Renato Janine Ribeiro (1994, p. 9) na apresentação do volume I do livro *O Processo Civilizador*⁷, levanta uma questão interessante para esta discussão: “Como os homens se

⁴ *Les Règles de la bienséance et de la civilité chrétienne* (Regras do decoro e da civilidade cristã) é uma das obras de São João Batista de La Salle (1651, Reims, França - 1719, Saint-Yon, França) citadas por Elias no volume I do livro *O Processo Civilizador* (1994).

⁵ No livro *A Sociedade de Corte*, Elias explica que a corte real ou sociedade de corte era constituída por muitos indivíduos, ou uma “figuração de indivíduos”. Para Elias (2001, p. 155), o conceito de figuração é neutro, uma vez que, “[...] pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e tensas. A sociedade de corte é carregada de tensões, mas isso não prejudica em nada seu caráter como uma figuração específica de indivíduos”.

⁶ Brandão (2003, p. 17) afirma que Elias, em suas obras, confere um sentido para a História e a perspectiva de longa duração, como método de análise histórica, é fundamental, pois “defende que as transformações sociais significativas somente ocorrem após longos períodos de tempo”.

⁷ A primeira edição brasileira de *O processo civilizador* foi publicada em 1990. O livro foi dividido em dois volumes, o primeiro discute *Uma história dos costumes* e o segundo volume trata da *Formação do Estado e*

tornaram educados, e começaram a tratar-se com boas maneiras”? Este autor nos explica que, em Elias, o desenvolvimento dos modos de conduta, a civilização dos costumes, não ocorre de modo natural ao homem, mas se realiza pelo condicionamento e adestramento e, à medida que estes comportamentos se tornam mais complexos, pesa maiores responsabilidades ao homem.

Sob este aspecto é importante lembrar Aristóteles que, no livro *Política*, afirma a idéia de que o homem é, por natureza, um animal político. O homem, como ser vivo, realiza a sua natureza, a sua essência, quando vive em sociedade. É na organização política que o homem se realiza como cidadão. Para o filósofo “[...] cada Estado é uma comunidade estabelecida com alguma boa finalidade, uma vez que todos sempre agem de modo a obter o que acham bom”. A cidade, ou Estado configura-se quando “[...] nasce para assegurar o viver e que, depois de formada, é capaz de assegurar o viver bem”. Para Aristóteles “[...] o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político” (ARISTÓTELES, 1995, p. 145-146).

Feracine (1998, p. 6) discute a educação no sentido da expressão latina empregada por Erasmo *excolere*, que significa “fazer sair para fora pelo trato”, no lugar do vocábulo bastante corrente “escola”. Neste caso, é a educação que “retira” do homem, pelo trato, sua natureza não social, imprimindo-lhe uma natureza social, humana. Figueira (1998, p. 2), por sua vez, lembra que “[...] imprimir no homem sua natureza política demanda imensos esforços”. Para tanto, segundo a autora, basta observar que ensinar uma criança em suas necessidades básicas, como comer, banhar-se, vestir-se, demanda muito trabalho. Para Figueira (1998), as regras sociais são fundamentais para a vida em sociedade e cada período histórico, demanda regras próprias, em virtude da especificidade de tempo histórico. Assim, cada época histórica precisa ensinar aos seus homens as regras de convívio social, tornando-os educados/civilizados. É neste ponto, segundo Figueira (1998, p. 4), que encontramos a importância do texto de Erasmo, não para aprendermos hoje as regras que ele propõe, mas a sua atualidade reside na “[...] necessidade de regras para o ‘convívio social’, regras para tornar político este animal humano”.

A partir deste ponto, queremos nos aproximar do modo como Elias compreende os homens, seus modos de gerir a vida e o comportamento, no processo de civilização, em determinada época da história, tomando Erasmo como seu interlocutor.

No livro *O Processo Civilizador*, Elias (1994) ao examinar a função do conceito de civilização, questiona o que há de comum nas atitudes e atividades humanas para serem consideradas civilizadas e afirma que:

[...] este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais (ELIAS, 1993, p. 23).

Elias (1994) explica os diferentes conceitos de civilização, destacando os significados atribuídos pela França e Alemanha. Elias não se limita a buscar as mudanças do conceito de civilização – assim como o de civilidade e cortesia –, mas busca relacioná-lo ao desenvolvimento e ao entendimento da sociedade na qual é utilizado.

Nesta perspectiva, conforme Leão (2007), o desenvolvimento do processo de civilização - os padrões de comportamento, os sentimentos e as condutas - está articulado ao amadurecimento das relações e das instituições sociais. Um exemplo desta situação pode ser identificado na mudança na agressividade. Para os padrões atuais causa espanto o modo como os cavaleiros medievais se comportavam, agindo com agressividade, sem um autocontrole de suas ações. No entanto, a guerra, “[...] o saque, a rapinagem e o assassinato eram práticas comuns” e necessárias à estrutura desta sociedade guerreira. Neste caso, “[...] não havia poder social punitivo. A única ameaça, o único perigo que podia instilar medo era o de ser vencido em batalha por um adversário mais forte (ELIAS, 1994, p. 192). Nas palavras de Elias (1994, p. 199), há uma “[...] conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade”, em que esta exige e gera um padrão específico de controle emocional. “Nessa sociedade não havia poder central suficientemente forte para obrigar as pessoas a se controlarem”.

Este exemplo, como evidencia Leão (2007, p. 21), nos possibilita a pensar que o processo de civilização ocorre em um “movimento contínuo”, em que “[...] assim como na vida em sociedade, as emoções humanas estão submetidas a estágios de controle, e somente as experiências e o tempo podem levá-las a uma maior diferenciação”. Desse modo, esta autora explica que os modelos assumidos no processo de civilização precisam ser entendidos na dinâmica de cada tempo histórico e, por esta razão, Elias localiza esses modelos nos gestos e nas maneiras de comportamento dos homens que

[...] gravitavam em torno dos senhores feudais, representadas pela *courtoisie*, passando pelas mudanças de comportamento durante a Renascença,

expressas no conceito de *civilitéé* até o período moderno, quando o emprego do conceito de civilização se encontra por toda parte (LEÃO, 2007, p. 21).

Observamos, assim, que os conceitos de cortesia, civilidade e civilização marcaram o comportamento dos homens em diferentes momentos históricos. Elias (1994, p. 111) explica que o termo *cortesia* referia-se às formas de comportamento desenvolvidas nas cortes feudais, na Idade Média. No entanto, no decorrer dos séculos XVI e XVII, com a “[...] lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos”, o conceito de *civilidade* paulatinamente elevou-se à “categoria de comportamento social e aceitável” (ELIAS, 1994, p. 111). Assim,

A cortesia e a civilidade conviveram lado a lado durante o período da sociedade de transição na França do século XVI, que era um misto de sociedade cavaleirosa-feudal e da monarquia absoluta. No século XVII, porém, o conceito de cortesia saiu, gradualmente, de moda na França (Idem).

O conceito de civilidade – como o conceito de cortesia antes - por sua vez, no século XVIII perde, aos poucos, sua importância na sociedade de corte, que assimila elementos burgueses. O conteúdo destes termos é absorvido e ampliado em um novo conceito, o de civilização. Para Elias (1994, p. 112-113) “[...] cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social”, indicando a mudança no comportamento das classes altas e a expansão de modelos de comportamento considerados “civilizados”. Landini (2005, p. 1) explica que o “[...] conceito de civilidade, utilizado primeiramente na França do século XVI, mas também na Inglaterra, Itália e Alemanha, demarcava o comportamento da corte, explicitando as barreiras sociais entre esse grupo e o restante da sociedade”. Para esta autora os modelos de comportamento assumidos no processo de civilização auxiliam na identificação e na distinção dos grupos sociais.

Segundo Elias (1994, p.113) o uso do conceito de civilização no século XIX indica que o processo de civilização fora completado. Desse modo, “Para as classes altas e médias da sociedade, civilização parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundir-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido”. Neste momento,

Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso de faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um “superego” específico que se esforça por

controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. (ELIAS, 1993, p. 203).

O século XVI é marcado pelo controle dos comportamentos e pelas normas de civilidade. O controle social é feito pelas formas educativas, em que os manuais de civilidade prescrevem os valores corporais e o sistema dos comportamentos sociais. Neste sentido, a finalidade pedagógica desses tratados coincide no objetivo de expor e ensinar as maneiras que as relações sociais de um dado tempo legitimam. “No entanto, realiza esse projeto de modos bem diversos, segunda a importância que atribuem às regras de conduta, segundo o público a qual se destinam, segundo as formas de aprendizagem que sugerem” (REVEL, 1991, p. 170).

Neste contexto, Elias (1994, p. 68) situa o significado do conceito de *civilidade* para o mundo Ocidental, no momento de crise da sociedade cavaleirosa e da unidade da Igreja Católica. Este conceito traduz, segundo ele, a unidade da Europa e a nova formação social, a sociedade de corte⁸. “A situação, a auto-imagem e as características dessa sociedade⁹ encontram expressão no conceito de *civilité*”. Para Elias (1994), este conceito recebeu seu cunho e funções específicos no segundo quartel do século XVI, em que

Seu ponto de partida individual pode ser determinado com exatidão. Deve ele o significado específico adotado pela sociedade a um curto tratado de autoria de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium* (*Da civilidade em crianças*), que veio a luz em 1530 (ELIAS, 1994, p. 68).

Elias situa a obra de Erasmo, *A Civilidade Pueril*, como um marco para a aprendizagem das regras sociais, no século XVI. Esta obra identifica as novas regras de comportamento para os homens que queiram viver na cidade, de modo civilizado.

Neste sentido, o conceito de civilidade, segundo Leão (2007), é construído nos escritos literários renascentistas e sua difusão é marcada pela adoção, pela corte europeia, do tratado de Erasmo *A Civilidade em Crianças* ou *A Civilidade Pueril*. “Esse livro teve a importância de cristalizar os processos sociais em curso difundindo a prescrição de modos de comportamento, a adoção de maneiras de conduzir a vida e a sedimentação de costumes para a boa educação das crianças” (LEÃO, 2007, p. 21).

⁸ Elias realiza o estudo desta sociedade no livro *A Sociedade de Corte*, que é datado do início dos anos 30 e publicado em 1969. O livro, que constitui a tese de habilitação não defendida por Elias, foi elaborado quando o autor ocupou o cargo de assistente de Karl Mannheim, na Universidade de Frankfurt.

⁹ No prefácio do livro *Sociedade de Corte*, Chartier (2001, p. 8) esclarece o objetivo de Elias nesta obra: “Não se trata para ele de apreender apenas, ou prioritariamente, a corte como lugar ostentatório de uma vida coletiva, ritualizada pela etiqueta, inscrita no fausto monárquico. O objeto do livro é a sociedade de corte — no duplo sentido do termo. Por um lado, a corte deve ser considerada como uma sociedade, isto é, uma formação social na qual são definidas de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais e em que as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engendram códigos e comportamentos originais. Por outro lado, a sociedade de corte deve ser entendida no sentido de sociedade dotada de uma corte (real ou principesca) e inteiramente organizada a partir dela (CHARTIER, 2001, p. 8).

Compactua do marco da obra de Erasmo para a sociedade do século XVI – e para a posteridade - Revel (1991) que considera que as transformações dos comportamentos são lentas, difusas e contraditórias. No entanto, para ele um texto básico, publicado pela primeira vez em Basileia em 1530, *A Civilidade Pueril*, de Erasmo, propõe uma experiência única e datada para a história da civilidade. Este texto, um breve tratado didático que foi, por muitas vezes, “reivindicado, plagiado, deformado”, reformulou a própria noção de civilidade e por três séculos garantiu “à pedagogia das ‘boas maneiras’ sua mais ampla difusão social” (REVEL, 1991, p. 171).

Arnaut de Toledo (2008) enfatiza a relevância histórica da obra de Erasmo “[...] aos códigos e comportamentos que são considerados modelos para as relações sociais” e, especialmente, ao colocar a infância, a criança, como tema central de um livro. Para este autor, “Essa obra é considerada, com justiça, a inauguradora do gênero ‘livros de civilidade’, tendo em vista sua profusão e grande influência que exerceu sobre os escritores e manuais do gênero posteriores” (ARNAUT DE TOLEDO, 2008, p. 209).

Tendo em vista o potencial histórico da obra de Erasmo compreendemos os motivos pelos quais, constitui-se como sustentação teórica à proposta de civilidade estudada por Elias. Entendemos que a grandiosidade da obra de Erasmo – e de Elias - não pode ser contemplada para os propósitos deste texto, que trata de um exercício de reflexão e não propriamente de análise das fontes. A apresentação dos aspectos da obra Erasmo confere, aqui, a possibilidade de refletirmos o impulso que esta obra ofereceu ao conceito *civilitas*.

Elias (1994, p. 85) situa a posição de Erasmo no contexto de expressão de seu tratado que “[...] surge em uma época de reagrupamento social. É a expressão de um frutífero período de transição após o afrouxamento da hierarquia social medieval e antes da estabilização moderna”. Neste período, em que a nobreza de cavaleiros feudais declinava enquanto se formava a nova aristocracia das cortes, constituiu-se em uma oportunidade social aos intelectuais e, portanto, a Erasmo, de distanciarem-se ou de não identificarem-se diretamente com os grupos sociais. Este fato não exclui a proximidade dos intelectuais com os grupos e não oculta as disparidades sociais. Tanto que as fontes para *A Civilidade Pueril* encontram-se nas cortes principescas. No preâmbulo, Erasmo assim se dirige ao jovem príncipe a quem dedica o tratado de civilidade:

Não é porque tenhas lá grande necessidade de tais normas. Pois, desde o berço foste educado entre os áulicos e recebestes, já ao nascer, um preceptor hábil que te passava as primeiras lições, no entanto, tudo que passamos a prescrever, embora de exígua utilidade para tua pessoa, filho que é de príncipes e fadado ao poder, será acolhido, mais prazerosamente, por todos

os outros meninos justamente porque dedicado a uma criança de classe tão alta e de grande futuro (ERASMO, 1998, p. 10).

Neste trecho, Elias (1994) destaca a autoconfiança de Erasmo, enquanto intelectual, que progrediu por sua cultura e seus escritos. Para o autor, por mais que Erasmo estivesse vinculado às classes governantes, expressa abertamente seus pensamentos, como exemplo nesta dedicatória a um jovem nobre¹⁰, mantendo uma linguagem de “auto-imagem típica do intelectual dessa fase do desenvolvimento social”. Elias mostra que em períodos posteriores um pronunciamento como esse proferido por Erasmo seria considerado como falta de tato ou ofensa. “A observância mais exata no comportamento das diferenças em posição torna-se daí em diante a essência da cortesia, o requisito básico da *civilité*, pelo menos na França” (ELIAS, 1993, p. 86).

Para Revel (1991) *A Civilidade Pueril* é um manual que reuniu observações e conselhos para uso das crianças na vida em sociedade. Trata da postura e dos comportamentos sociais na igreja, à mesa, nos banquetes e refeições, nos encontros e conversas, nos esportes e no leito. Para este autor, Erasmo continua uma tradição antiga, construída a partir da literatura clássica, de tratados de educação, da produção medieval - especialmente a do século XII - e à sabedoria das nações - provérbios, máximas e fábulas. Neste aspecto Elias (1994, p. 83) afirma que:

Este tratado é, na verdade uma coletânea de observações feitas na vida e na sociedade. É, como disse alguém mais tarde, a ‘um pouco do trabalho de todo mundo’. E se nada mais, seu sucesso, sua rápida disseminação e seu emprego como manual educativo para meninos mostram até que ponto atendia a uma necessidade social e como registrava os modelos de comportamento para os quais estavam maduros os tempos e que a sociedade – ou mais exatamente a classe alta, em primeiro lugar – exigia.

Para Erasmo, a arte de ensinar deve percorrer quatro etapas do desenvolvimento, portanto, “obedecer às fases do crescimento espontâneo da criança” (FERACINE, 1998, p. 5).

A arte de instruir criança consta de diversas etapas. A primeira e a principal consiste em fazer com que o espírito ainda tenro receba as sementes da piedade; a segunda que tome amor pelas artes e as aprendam bem; a terceira, que seja iniciada nos deveres da vida; a quarta, que se habitue, desde cedo, com as regras da civilidade. (ERASMO, 1998, p. 10).

Observamos que Erasmo concorda que a criança deve ser educada/civilizada desde os primeiros anos de vida, em que deve iniciar sua educação pela aprendizagem da piedade, depois das artes, dos deveres da vida e das regras de civilidade.

¹⁰ Erasmo dedica o tratado “ao nobilíssimo Henrique de Borgonha, filho de Adolfo, príncipe de Veere, criança de futuro promissor” (FERACINE, 1998, p. 5)

Elias (1994, p. 68-69) observa com relação a este aspecto introdutório da obra de Erasmo que, dentre as várias disciplinas que devem compor a arte de educar os jovens, “a *civilitas morum* é apenas uma delas, e não nega que ela é *crassissima philosophie pars* (a parte mais grosseira da filosofia)”. Um fato muito importante nesta obra reside na elevação do conceito *civilitas* à condição de expressão da sociedade européia. É na simplicidade e na “linguagem clara e polida” que o “[...] tratado fala de atitudes que perdemos, que alguns de nós chamaríamos talvez de ‘bárbaras’ ou ‘incivilizadas’. Fala de muitas coisas que desde então se tornaram impúblicáveis e de muitas outras que são aceitas como natural”. (ELIAS, 1994, p. 69).

Um ponto comum entre Erasmo, de outros escritores do período, segundo Revel (1991), é que enfatiza que as manifestações do corpo expressam as disposições da alma, o homem interior. No capítulo *Atitudes Corretas e Incorretas*, que inicia *A Civilidade Pueril*, Erasmo destaca a importância do olhar.

Para que a boa índole da criança seja transparente (e nada como os olhos para revelar), convém que o olhar seja plácido, respeito e circunspecto. De fato, olhos ameaçadores é sinal de violência, enquanto olhos perversos traduzem maldade. Mas os olhos errados e perdidos no espaço sugerem demência. Que não se olhe obliquamente porque isso é próprio dos desconfiados ou dos maquinadores de ciladas. Também não estejam os olhos desmensuradamente abertos por quanto isso invoca imbecilidade. Cerrar as pálpebras e piscar expressa inconstância. Nem é de se terem os olhos pasmados já que isso é típico dos atordoados. Enquanto olhos penetrantes denotam irascibilidade, os olhos vivos e muito loquazes veiculam lascívia. Importa, portanto, que os olhos sejam reflexos de um espírito tranqüilo com respeitosa afetuosidade (ERASMO, 1998, p. 11).

Nesta passagem, de Erasmo, notamos o quanto os gestos permitem uma interpretação e um “reconhecimento moral, psicológico e social da pessoa”. Neste caso, é o corpo que diz sobre o interior do homem, suas manifestações podem também ser formadas, reformadas e regulamentadas corretamente. A intimidade é considerada “apenas para manipulá-la e adequá-la a um modelo que é o do meio termo, o da recusa a todos os excessos” (REVEL, 1991, p. 172).

No capítulo *Os banquetes e as refeições*, Erasmo trata da importância da importância de ensinar às crianças as regras de bom comportamento que já antecedem e no momento das refeições. Estes ensinamentos, entre outros, passam pelo lugar a ocupar a mesa, a posição das mãos e do corpo, o uso do chapéu, do guardanapo e de talheres, como cortar o pão com a faca, como beber o líquido, o modo de deglutir, de comer e o modo de cortar a carne. Erasmo recomenda, quanto ao modo de cortar a carne, que desde pequenas as crianças,

[...] sem aquela afetação de certos indivíduos, aprendam a técnica de cortar com a devida propriedade. Assim, paleta não se corta como perna de carneiro; nem pescoço como costela. Por sua vez, frango, faisão, perdiz e pato, todos eles são dissecados de maneira diversificada (ERASMO, 1998, p. 24).

Na Idade Média, segundo Elias (1994), o consumo de carne está relacionado às classes sociais. Desse modo, na classe alta secular o consumo de carne é alto. Por outro lado, nos mosteiros predomina a abstenção de carne, a auto-renúncia e a aversão à glotonaria. Entre os camponeses o consumo de carne é baixo, não por renúncia, mas por sua escassez e custo alto. Na perspectiva elisiana, “as atitudes dos homens em relação ao consumo de carne, por exemplo, são muito esclarecedoras no tocante à dinâmica das relações humanas e às estruturas da personalidade” (ELIAS, 1994, p. 125).

Com relação ainda, à aprendizagem da técnica para cortar carne, indicada por Erasmo, Elias (1994, p. 126) chama a atenção para uma mudança muito instrutiva: “A maneira como a carne era servida mudou consideravelmente da Idade Média até à época atual”. O autor explica que, naquele momento, na classe alta medieval, os animais mortos eram trazidos inteiros ou em grandes pedaços para a mesa. Saber trincar bem a carne, neste caso, é um aprendizado importante para o homem bem educado e, por isso, é necessário que a maneira correta de trincar deve ser ensinada para a criança desde os primeiros anos.

Observamos em Erasmo uma delicadeza ao tratar das “questões relativas à regulação da vida instintiva” (ELIAS, 1994, p. 171). Citamos a orientação que Erasmo oferece aos educadores das crianças pequenas quanto às *partes pudendas*.

Os membros aos quais a natureza outorgou o pudor, descobri-los sem necessidade, eis o que deve ficar alheio a uma índole liberal. Daí, onde a necessidade compele, há de se fazê-lo com a reserva da pudicícia, mesmo que não observado. Aliás, sempre estão presentes os anjos. Eles se comprazem no pudor, guardião e companheiro da pudícia. Se a decadência ordena que se subtraia aquelas partes aos olhares dos outros, por muitos menos se deve oferecê-las para o contato alheio (ERASMO, 1998, p. 15).

Neste trecho evidenciamos a delicadeza, o modo refinado com que Erasmo trata de questões tão caras, especialmente na sociedade atual, no que se refere à dignidade de trato ao corpo. Neste sentido, concordamos com o belo texto de Feracine (1998, p. 7) que basta este trecho de Erasmo para percebermos que:

É uma chamada para a conscientização em torno da dignidade também do corpo em suas partes onde os instintos militam contra o controle pela racionalidade. Bastaria essa pérola de lição pedagógica para se ter uma idéia do brilho do tesouro ético, acrisolado pelo insigne renascentista no diuturno amanhã de seus educandos.

Com relação ainda à regulação da vida instintiva, Elias (1994) nos esclarece que na sociedade de corte estes assuntos eram mais privados do que na sociedade medieval. Contudo, esta privatização se torna mais intensa nos séculos XIX e XX, em virtude das transformações no comportamento social. Contudo, Elias (1994, p. 72) destaca que é com “grande cuidado” que Erasmo “delimita em seu tratado toda a faixa de conduta humana, as principais situações da vida social e de convívio. Com a mesma naturalidade fala das questões mais elementares e sutis das relações humanas”.

Outro aspecto do manual de Erasmo é que se destina à *todas* as crianças, “[...] tudo que passamos a prescrever, embora de exígua utilidade para tua pessoa, filho que é de príncipes e fadado ao poder, será acolhido, mais prazerosamente, por todos os outros meninos justamente porque dedicado a uma criança de classe tão alta e de grande futuro” (ERASMO, 1998, p. 10). Feracine (1998) caracteriza este como o caráter democratizador da obra de Erasmo, uma vez que, mesmo que o destinatário seja um príncipe, todas as crianças podem “acessar” o patrimônio cultural, até então, reservados as classes abastadas.

Os aspectos até aqui abordados, para Elias (1994, p. 72), testemunham “[...] a transformação dos conceitos [...]” pelos quais “[...] diferentes sociedades procuraram se expressar, recuando do conceito de civilização para seu ancestral *civilité*”. Entendemos que ao percorrer este caminho, Elias mostra a mudança no comportamento dos homens ocidentais ou, o que seja o processo civilizador em si. O estudo de Elias, tomando Erasmo como interlocutor, implica pensar o movimento da sociedade ocidental – o comportamento social, a expressão das emoções - a outro padrão, considerado, “civilizado”. Esta “passagem” de um padrão a outro não designa que o anterior seja “menos civilizado”. Assim, o padrão no qual nos encontramos hoje requer que recuemos no passado, questionando suas origens e que suas características evidenciam uma estrutura social e formas de comportamentos específicos.

Nas reflexões aqui apresentadas observamos porque “Elias, no século XX, preocupou-se em debater a civilidade, a partir de seu tempo, mas também com olhos no passado, sustentando parte de sua reflexão em Erasmo”. Dentre outros aspectos, destacamos que o tratado de Erasmo fortaleceu o conceito de *civilitas*, o que atendeu a uma necessidade social do século XVI. Portanto, este tratado contribuiu para imprimir nos homens a sua natureza política e social. Elias, por seu turno, buscou na análise das obras clássicas, compreender o processo de civilização. Para tanto, busca compreender o indivíduo articulado à sociedade, explicitando os mecanismos sociais, históricos, econômicos e políticos que possibilitaram os diferentes tipos de sociedade. Deste modo, entendemos que uma das contribuições, dentre muitas, oferecidas por Elias, ao contexto educacional, situa-se na compreensão do

comportamento dos homens pelo estudo dos manuais de civilidade que expressaram um modo de educar crianças e jovens. Portanto, estes estudos indicam para a atualidade a reflexão em torno da “[...] necessidade de regras para o ‘convívio social’”, normas para tornar político o homem, ou seja, educa-los. Ademais, os estudos de Elias, explicam as relações que se estabelecem nas diferentes culturas pelo estudo do clássico, o que nos possibilitam compreender o que é necessário ensinar aos homens de dado momento histórico, portanto, para este momento, a civilidade como pedagogia do comportamento.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. **Política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. Civilidade, Puerilidade e Educação. In: MACHADO, Maria Cristina Gomes; OLIVEIRA, Terezinha (Orgs.). **Educação na História**. São Luis, MA: UEMA, 2008. p. 209-228.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7-25.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução da versão inglesa Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ERASMO. A Civilidade Pueril. Tradução de Luiz Feracine. **Revista Intermeio**, Campo Grande, n. 2, 1998. Encarte Especial.

FERACINE, Luiz. A Filosofia da Educação em A Civilidade Pueril. **Revista Intermeio**. Campo Grande, n. 2, Encarte Especial, 1998.

FIGUEIRA, Fani Goldfarb. Erasmo: A Civilidade Pueril. **Revista Intermeio**. Campo Grande, n. 2, Encarte Especial, 1998.

GEBARA, Ademir. Diálogo com Aguirre Rojas sobre “Norbert Elias: historiador e crítico da Modernidade”. **Revista Diálogos**. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_mesa2.htm. Acesso em: 21 set. 2011.

LANDINI, Tatiana Savoia. A Sociologia processual de Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa. **Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização**, 2005. v. 1. p. 1-9. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/ mesa_debates/art27.pdf. Acesso em: 12 jul. 2011.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. Direção de Philippe Ariès e Georges Duby. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 169-209.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1. p. 9-12.